

Interior

1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco - PR

Rua Maria Bueno, 284 - Sambugaro - Pato Branco/PR

CEP: 85.501-560 - Fone/Fax: (0**46) 3225-3448

e-mail pb-1vj-e-@tjpr.jus.br

JUIZ DE DIREITO - MACIÉO CATANEO

ESCRIVÃ - ELAINE KURTZ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - AUTO POSTO ZENI LTDA (CNPJ: 04.818.376/0001-69), VILMAR FRANCISCO ZENI (CPF: 839.611.199-53), VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA (CNPJ: 40.809.821/0001-98), ANDRÉ FRANCISCO ZENI (CPF: 075.111.229-14), ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA (CNPJ: 40.810.682/0001-12), INTEGRANTES DO GRUPO ZENI.

O DOUTOR MACIÉO CAETANO, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital, expedido conforme o contido no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que ficam cientes quaisquer credores, terceiros e interessados que neste Juízo tramitam os autos de nº 0003921-09.2021.8.16.0131, de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ajuizada na data de 20/05/2021, por AUTO POSTO ZENI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.818.376/0001-69, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 325, Centro, em Itapejara d'Oeste/PR, CEP nº 85.580-000; VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA, empresário individual rural, inscrito no CNPJ sob o nº 40.809.821/0001-98, com sede na Comunidade Linha Ipiranga, s/n, Zona Rural, em Itapejara d'Oeste -PR, CEP 85.580-000; ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA, empresário individual rural, inscrito no CNPJ nº 40.810.682/0001-12, com sede à Comunidade Linha Ipiranga, s/n, Zona Rural, em Itapejara d'Oeste/PR; VILMAR FRANCISCO ZENI, brasileiro, casado, empresário rural, portador do RG nº 5.234.456-5, inscrito no CPF sob o nº 839.611.199-53, residente e domiciliado à rua Cláudio João Antonioli, nº 701, centro, Itapejara d'Oeste/PR, CEP nº 85.580-000; e ANDRÉ FRANCISCO ZENI, brasileiro, casado, empresário rural, portador do RG nº 108033126, inscrito no CPF sob o nº 075.111.229-14, residente e domiciliado na Rua José da Silva, nº 712, bairro Industrial, município de Itapejara d'Oeste/PR, CEP nº 85.580-000; integrantes do denominado GRUPO ZENI. Nesta oportunidade, **averte-se sobre o PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS para apresentação das habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, se necessário, na forma do art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005, DIRETAMENTE JUNTO À ADMINISTRADORA JUDICIAL M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, cujo representante legal e profissional responsável pela condução do processo é na pessoa do Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES, advogado regularmente inscrito na OAB/PR sob o nº 65.066, telefones (41) 3206-2754 / (44) 3226-2968 / (44) 99712-4544, endereço eletrônico habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br, no endereço da sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 776, sala 1306, Edifício World Business, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou na filial à Avenida João Paulino Vieira Filho, nº 625 - SI 906, edifício New Tower Plaza, torre II - zona 01, na cidade de Maringá/PR - CEP: 87020-015. Ademais, as eventuais habilitações ou divergências também podem ser realizadas diretamente no site da Administradora Judicial <https://marquesadmjudicial.com.br/>, na aba "requerimentos" / "habilitação e divergências de crédito".** Ainda, averte-se aos credores sobre o **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, para manifestar ao Juízo sua objeção ao Plano de Recuperação Judicial que será apresentado nos autos pelas Recuperandas. Tudo em conformidade com o resumo da petição inicial e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial. **RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL:** O Grupo ZENI é composto pelos empresários rurais VILMAR FRANCISCO ZENI e ANDRÉ FRANCISCO ZENI, tal como pelos empresários individuais rurais VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA e ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA e a pessoa jurídica de direito privado, AUTO POSTO ZENI LTDA. Atualmente o grupo composto pelos autores desempenham atividades rurais em cerca de 190 alqueires de terras arrendadas, localizadas em Itapejara d'Oeste e Coronel Vívda, contando com uma considerável produção anual média aproximada de 24.000 (vinte e quatro mil) sacas de soja e 7.000 (sete mil) sacas de milho na safra principal, 3.400 (três mil e quatrocentos) sacas de feijão e 5.850 (cinco mil, oitocentos e cinquenta) sacas de milho na safra secundária, bem como 3.300 (três mil e trezentos) sacas de trigo na safra de inverno, por meio da qual geram 11 empregos diretos, representando mais inúmeros indiretos (que compõe a cadeia produtiva), além do trabalho dos familiares envolvidos. As atividades dos componentes do conglomerado se iniciaram no ano de 2002, onde o empresário rural individual Vilmar Francisco Zeni, o qual iniciou seus trabalhos na área desde os 16 anos, auxiliando sua família na produção rural voltada a subsistência, realizou a locação de um posto de combustíveis na cidade de Itapejara d'Oeste, tendo em seguida, ainda no ano de 2002, adquirido o estabelecimento em sociedade. Em razão da boa condução dos negócios junto ao sócio, adquiriram maquinário agrícola e passaram a exercer, também, a atividade rural em Itapejara d'Oeste, arrendando cerca de 30 alqueires de terras na Comunidade de Ipiranga. No ano de 2004, em razão da mudança de estado de seu sócio, o empresário rural adquiriu a quota parte deste em ambas atividades e prosseguiu, até o ano de 2012, onde arrendou mais 30 alqueires no mesmo município e, sendo o ápice de sua atividade empresarial no ano de 2016,

quando o total de área cultivada chegou a 300 alqueires, época que coincidiu com a formação na graduação em Agronomia do seu filho André Francisco Zeni, empresário individual rural que também compõe o grupo em questão, o qual sempre trabalhou no negócio, colaborando de maneira mais significativa na sua melhoria. Apesar de todo investimento, planejamento e dedicação por parte das Recuperandas, estas foram atingidas pela crise no setor ocorrida entre 2015 e 2016 em decorrência, exemplificativamente, da variação no preço das commodities, o que ocasionou um descompasso entre custo de produção de cereais e receita, frustrações de safra, o que foi agravado pelo acúmulo de obrigações financeiras decorrentes de investimentos anteriores. As Recuperandas trabalharam 3 (três) anos com déficit, em função das frustrações de safra, decorrente da seca e dificuldades citadas, bem como do excesso de chuva e geada que, apesar de haver parcial reembolso das seguradoras, ainda remanesceu prejuízos a serem arcados pelos produtores, fator que os comprometeu economicamente. Ademais, tiveram prejuízos com maquinário em 2018, onde uma colheitadeira incendiou, ficando semanas sem funcionamento até que fosse substituída, causando a perda de boa parte da produção. Nas últimas safras, não tendo crédito disponível e sem outra opção, obrigaram-se a contrair empréstimos pessoais com juros superiores à média de mercado, ao mesmo tempo que repactuaram dívidas anteriores inadimplidas, enquanto o preço dos insumos aumentava, mantendo-se imutável o valor da venda. Da mesma forma, recentemente depararam-se com a falta de insumos durante a safra de 2020/2021, em função da pandemia do COVID-19 que ainda se enfrenta, comprometendo novamente a produção de grãos. Ademais, em meio as situações listadas, o Auto Posto Zeni teve como contratempo o aumento da concorrência após em 2014, com outro posto na mesma localidade, o que achatou consideravelmente os lucros, chegando próximo a zero, obrigando-os a trabalhar por 2 anos com prejuízos. Isso, somado às diversas inadimplências de grandes clientes, mais a reforma das instalações ocorridas entre 2012 e 2014 por exigência do IAP, onde fora investido cerca de 800 mil reais, causando enorme rombo no caixa das Recuperandas. Além disso, cumpre ressaltar o acidente de trânsito ocorrido durante uma entrega de combustíveis envolvendo funcionário do posto, no qual as Recuperandas, em comum acordo celebrado com a parte contrária, foram responsabilizadas a pagar pelos danos decorrentes, totalizando entre o que já fora pago e o restante das parcelas, em aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a título de indenização por danos materiais e morais (autos nº 0007127-12.2013.8.16.0131). Não bastasse a anormalidade gerada pelo COVID-19 também afetou exorbitantemente o faturamento do posto de combustíveis, que corroborou para o ingresso na crise financeira. Em resumo, as causas e razões concretas da situação de crise em que se encontra o Grupo, são: (i) a necessidade, para manter-se em atividade, de buscar capital de giro no mercado financeiro, a juros incompatíveis e com prazo reduzido; (ii) a variação no preço das commodities, atreladas à cotação do dólar, constituiu como fator de desequilíbrio financeiro, causando consequentemente a (iii) sujeição obrigatória a práticas onerosamente excessivas por parte de fornecedores de insumos, devido à falta de concessão de crédito rural adequado, situação que submeteu o agricultor à permuta extremamente dispendiosa, retirando-lhe a lucratividade. Diante do exposto, as Recuperandas pleitearam, com urgência, o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, com as seguintes determinações: (i) até a efetivação do despacho inicial e deferimento do processamento desta Recuperação Judicial, sejam os autos mantidos em segredo de justiça; (ii) a nomeação do administrador judicial, nos prazos regulamentares, cujo pedido de remuneração deverá ser submetido à apreciação das Recuperandas; (iii) a dispensa das certidões negativas, consoante inciso II do art. 52 da LRF; (iv) o deferimento dos pedidos de tutela de urgência para o fim de determinar a suspensão de todas as ações ou execuções propostas contra as Recuperandas e avalistas/fiadores, na forma do art. 6º da LRF, com a ressalva do direito das Recuperandas em buscar a liberação de ativos bloqueados, comunicando-se aos respectivos juízes onde tramitam ditas ações, bem assim, determinar que não sejam efetuados protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, de todos os créditos constantes na relação de credores; (v) a aplicação do disposto nos arts. 6º, 49, § 3º, 52, III da LRF, quanto aos bens essenciais, tal como o trator marca Massey Ferguson, modelo 7390, ano 2016, nº de série 7390354217e Ford Ranger de placas KWM-9609, para que permaneçam na posse das Recuperandas durante o *stay period* e processamento da presente; (vi) a intimação do Ministério Público e a comunicação às Fazendas Públicas Federais, Estaduais e Municipais respectivas; (vii) seja oficiado para a Junta Comercial do Paraná para os fins do art. 69, parágrafo único, da LRF; (viii) a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá o resumo deste pedido e da decisão que houver deferido o processamento da recuperação judicial, a relação nominal dos credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito, constando a advertência sobre os prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, da LRF, e para que os credores, querendo, apresentem objeção ao plano de recuperação judicial que será exibido oportunamente, na forma do estabelecido nos arts. 50 e 55 da LRF, determinando-se a publicação do edital na forma da Lei; (ix) aplicação do disposto no art. 219 do CPC para todos os prazos envolvendo a Recuperação Judicial, exceto quanto aos prazos do *stay period* e para apresentação do plano, que devem ser contados em dias corridos; (x) que, relativamente às informações de empregados e extratos bancários, seja decretado segredo de justiça, permitindo-se acesso justificado a terceiros, vedada a extração de cópias; (xi) protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive a juntada de informações e documentos complementares. Por fim, foi atribuído à causa o valor de R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e trinta e oito reais e um centavo). **RESUMO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Mov. 39.1):** Sopesados os argumentos declinados na petição inicial, bem como a documentação encartada e a constatação prévia efetivada no mov. 36, denota-se a presença das condições (requisitos) necessários a embasar o processamento

da presente recuperação judicial (arts. 48 e 51 da LRF). Desta forma, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL com esteio no artigo 52 da lei 11.101/2005. Tendo em vista que o recebimento do presente procedimento já confere as medidas acautelatórias previstas no artigo 52 da lei 11.101/2005, reputo prejudicado o pedido de tutela de urgência pugnado pelas Recuperandas no item IV dos pedidos da peça inicial, no que se refere a manutenção de bens com garantia fiduciária. Ademais, inviável nesse momento processual, o deferimento da tutela de urgência para fins de liberação de eventuais valores constritos, isso porque, tratando-se de constrição anterior ao ajuizamento da presente recuperação judicial, faz-se necessário a análise do caso concreto, data da conrição e verificação da sujeição do crédito aos efeitos da recuperação, dado que de regra, os atos praticados anteriormente estariam perfectibilizados. No que se refere ao pedido de abstenção da inserção do nome dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito, de igual forma este não pode ser acolhido, tendo em vista que o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, não havendo que se falar em exclusão dos débitos, e portanto, podendo ser mantidos, por conseguinte, os registros dos nomes dos devedores nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos. Diante do exposto, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada para fins de liberação de valores constritos e abstenção da inclusão dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito e protestos. 3.1. Nomeio como administradora judicial, nos termos do artigo 52, inciso I c/c artigos 21 e 22, ambos da Lei nº. 11.101/2005, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial), CNPJ nº 07.166.865/0001-71, na pessoa responsável do Dr. Márcio Roberto Marques - OAB/PR 65.066. Intime-se a administradora judicial para, na pessoa de seu representante legal e profissional responsável, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas assinar o termo de compromisso, sob pena de substituição (arts. 33 e 34). Determino a realização da intimação de forma eletrônica nos próprios autos. Autorizo, ainda, que a administradora judicial nomeada, na pessoa de seu representante legal e profissional responsável, assine o termo de compromisso digitalmente e/ou manifeste expressamente nos autos sua concordância com a nomeação e com o termo de compromisso, dispensando o comparecimento à sede do juízo para assinatura. Faculto à administradora judicial, apresentação de proposta de remuneração para posterior apreciação e fixação por este Juízo, que sedará nos limites do art. 24 da Lei Regulamentadora. 3.2. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observando o disposto no art.69 da LRF (art. 52, inciso III). 3.3. Ordeno a suspensão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (LRF, art. 6º, § 4º) de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º da LRF, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam (LRF, art. 52, inciso III). Atentem-se que não se suspendem as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º, do art. 6º, bem como as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º, do art. 49, ambos da Lei 11.101/2005. Advirto que caberá as Recuperandas comunicar a suspensão aos Juízos competentes, observando detidamente as delimitações desta decisão, conforme imposição legal do § 3º, do art. 52, da lei supracitada. 3.4. Determino à parte autora a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores, as quais deverão ser entregues direta e exclusivamente à administradora judicial (LRF, art. 52, inciso IV). 3.5. Ordeno a intimação eletrônica do Ministério Público, por habilitação nos autos, e intimação eletrônica às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento (art. 52, inciso V). 3.6. Ordeno a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, seguindo as diretrizes do § 1º, do art. 52, da LFRE. Também deverá constar do edital eventual passivo fiscal, bem como advertência dos prazos dos arts. 7º, § 1º, e 55 da LFRE. O edital deverá ser criteriosamente elaborado pela administradora judicial e encaminhado à Serventia. Providenciando-se o edital, deverá a Serventia realizar a respectiva publicação oficial no Diário da Justiça, certificando nos autos a data da veiculação e início do prazo. Publicado o edital, observem os credores o disposto na Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, especialmente o art. 7, § 1º. 4. Oficie-se à Junta Comercial via sistema específico disponível para recebimento de ofícios, para que proceda à averbação do processamento da presente recuperação judicial, encaminhando-se cópia da presente deliberação. 5. Fica a parte autora advertida para que em todos os atos, contratos e documentos que firmar, consigne após o nome empresarial a expressão "em Recuperação Judicial", sob as penas da lei (art. 69). 6. Aceito o encargo pela administradora judicial na pessoa do profissional responsável, após a assinatura do termo, o profissional nomeado exercerá o que lhe competir, segundo a Lei 11.101/2005, de início, em especial os deveres do art. 22 da Lei nº 11.101/2005. Além disso, caberá à administradora judicial o dever geral de apoiar o Juízo para a regularidade do processo e a confecção do edital inicial a ser expedido, já mencionado anteriormente. 7. Deve a parte autora apresentar o plano de recuperação em Juízo, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação desta decisão (que defere o processamento da recuperação judicial), sob pena de convalidação em falência, observando os arts. 53 e 54 da Lei Regulamentadora. 8. À Senhora Escrivã para que cumpra, no que couber, os atos ordinatórios provenientes deste Juízo, bem como as obrigações advindas da legislação específica atinente à presente demanda (Lei 11.101/2005). 9. Nos termos do art. 51-A, §4º, da Lei nº 11.101/2005, ficam os autores devidamente intimados do resultado da constatação prévia apresentada no ev. 36, podendo impugna-la mediante interposição do recurso cabível e no prazo legal. 9.1. Nos termos do art. 51-A, §1º, da Lei 11.101/2005, arbitro R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais a título de remuneração ao responsável expert pela realização da constatação prévia apresentada no ev. 36. 10. Ao cartório para observância do disposto no art. 189-A da Lei 11.101/2005, devendo encaminhar conclusão para decisão judicial não somente o processo de recuperação judicial, mas todos os procedimentos afetos à Lei, na Classe dos urgentes. Da mesma maneira, observe-se a prioridade no Cumprimento das decisões judiciais. 11. No que concerne

aos prazos constantes na Lei, dada sua especificidade e por ostentarem natureza material, ressalto que sua contagem deverá ser feita em dias corridos, conforme entendimento perflhado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ. 12. Determino desde logo que todas as manifestações dos credores, no sentido de habilitarem seus créditos ou procederem à sua retificação, após publicado o competente edital (art. 8º, parágrafo único, da Lei 11.101/2005), sejam autuadas em apartado, a fim de evitar tumulto processual do feito de recuperação.

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDITORES - CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: JORGE ANTONIO BUENO DA SILVA - R\$ 500,00; RAFAEL DUMS - R\$ 450,00; VALDIR BELUSSO - R\$ 500,00.

CLASSE II - GARANTIA REAL: BANCO BRADESCO S.A. - R\$ 389.730,95; BANCO DO BRASIL S.A. - R\$ 3.734.804,61; COOPERATIVA DE CRÉDITO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO - R\$ 79.652,20; COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL LIDERANÇA - R\$ 707.019,32; TURIM INSUMOS E CEREAIS LTDA - R\$ 300.000,00; MAUDENI SALETE FALKEMBACH - R\$ 155.500,00; ANDREI BELEGANTE - R\$ 250.000,00; CHELLEY ELANA FABIANE BELEGANTE - R\$ 250.000,00; ANTONIO NEVIO ROSETTI - R\$ 80.000,00; ANELICE PAGNO ROSETTI - R\$ 80.000,00; VINICIUS PAGGI CARLETO - R\$ 146.250,00; LARISSA PAGGI CARLETO - R\$ 146.250,00; FÁTIMA CAPELLARI ZANDONÁ - R\$ 2.577.577,50; REOVALDO JOSÉ ZANDONÁ - R\$ 2.577.577,50.

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS: ALBERTO ALVES - R\$ 551.790,00; ADRIANO GAMBETA - R\$178.250,00; ANTONIO RIBEIRO DE JESUS - R\$ 5.355,00; CELSO JOENCK - R\$ 494.915,00; DANIEL PERIN BANDEIRA - R\$ 100.000,00; DOMINGOS BOCALON - R\$ 58.400,00; EDENIR LUCINI - R\$ 55.000,00; HÉLIO JOSÉ CARNEIRO - R\$ 36.000,00; JOAO FERNANDES - R\$ 50.000,00; JOELCIO MARONI - R\$ 31.100,00; MILTON FALKEMBACK - R\$ 56.341,00; PÉRCIO ANTONIO SIMONATO - R\$ 15.000,00; RODRIGO ZANINI - R\$ 15.000,00; REOVALDO FIORELO ZANDONÁ - R\$ 38.683,45; REOVALDO JOSÉ ZANDONÁ - R\$ 55.882,80; VALDECIR MITRUT - R\$15.500,00; MARLI CARLETO - R\$ 256.500,00; SERGIO CARLETO - R\$ 178.250,00; KESSLER AGROPECUÁRIA LTDA - R\$ 3.642.500,00; SAN RAFAEL SEM. E CEREAIS LTDA - R\$ 7.125,00; TURIM INSUMOS E CEREAIS LTDA - R\$ 296.758,81; INSUAGRO INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA - R\$ 441.872,20; BANCO BRADESCO S.A. - 418.099,59; BANCO DO BRASIL S.A. - 1.292.271,26; COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - R\$ 1.450.095,85; COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - R\$ 14.828,00; MARINES PICININ RAYMUNDI E OUTROS - R\$ 536.250,00; COOPERATIVA DE CRÉDITO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO - R\$ 683.271,25; COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO - SICREDI IGUAÇU - R\$ 407.918,46; RIO ELIAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA - R\$ 546.325,91; COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL LIDERANÇA - R\$ 26.889,88; ACIPAR LUBRIFICANTES LTDA - R\$13.226,40; AGRITAP COMERCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA - R\$ 8.536,65; AUTO CENTER SIMONATO LTDA - R\$ 7.010,00; ESTRADA DIST. DE DERIV. O PETR. LTDA - R\$ 152.625,82; GIRANDO COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - R\$1.476,37; GP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A - R\$ 362.154,17; JOAÇABA; PNEUS LTDA - R\$ 48.871,00; MARHEMAR DISTRIBUIDORA DE ACESSÓRIOS LTDA - R\$ 1.854,09; NAC CENTRAL PARANÁ COM. LUBRIF. - R\$1.198,34; RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A - 153.647,82; VERDESUL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA - R\$ 6.592,12; ALA DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA - R\$ 2.562,06; ITALUBRI LUBRIFICANTES EIRELI - R\$ 2.133,75; ALPES DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA - R\$ 48.590,00; GAMMA DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA - R\$ 3.806,72; FELIMP COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - R\$ 59,90; SCHERER SA COMERCIO DE AUTOPEÇAS - R\$ 1.915,37; RODOARLA IND DE ARLA LTDA - R\$ 420,00.

CLASSE IV - ME / EPP: A. BATISTA FARIAS EIRELI - R\$ 10.490,90; INVIOLAVEL ITAPEJARA D OESTE LTDA - R\$ 3.500,00; ECCO & LOPES LTDA (EXTINCEL) - R\$ 584,00; G CLEAN TERCEIRIZAÇÃO DE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - R\$ 321,53; JLA COMERCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI - R\$ 2.230,80; LA DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI - R\$ 1.386,30; LUB CAR ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA - R\$ 30.454,99; JCCJ SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO LTDA - R\$ 4.300,00; GIACOMONI - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - R\$ 817,48; ADR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (SKR) - R\$ 1.669,00; ESCRITORIO CONTABIL SANDRI LTDA - R\$ 3.845,00; TECNOPURO TECNOLOGIA EM PURIFICACAO EIRELI - R\$ 1.858,25; R. LIBRELATO & CIA. LTDA - R\$ 8.413,64.

EXTRACONCURSAL: ESTADO DO PARANÁ - R\$ 1.187,31; UNIÃO - R\$ 200,00.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma só vez no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta Comarca de Pato Branco, do Estado do Paraná, aos onze dias do mês de junho de 2021. Eu, _____ ISABEL S. CARDOSO, Auxiliar Juramentada pela portaria 33/2012, conferi e subscrevi.

ISABEL S. CARDOSO

Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2012

Assinatura Digital